

Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

LES0237 - Sociedade, Cultura e Natureza

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques

T8: Estratégias de conservação da natureza (DIEGUES, 1996) (

Por: Armando Azevedo, Livia Reguengo, Paula Signoretti

Com contribuições dos grupos e do professor

A criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. A ideia subjacente consiste em permitir existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana, considerando a profunda transformação em curso do planeta. A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável, torna-se, assim, um neomito. A implantação de áreas naturais protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico, entre os principais: a proibição de moradia de populações humanas; os impactos político-territoriais gerados e; a expulsão de populações tradicionais, indígenas ou não, de seus territórios ancestrais. Quase nunca os governos avaliam os impactos da criação de parques naturais sobre o modo de vida dos moradores locais, desconsiderando a conciliação entre diversidade biológica e cultural.

As ideias preservacionistas que incitaram a criação do primeiro parque nacional nos Estados Unidos, Yellowstone em 1872, propagaram-se desde o início do século XIX. Muito antes na Europa, já no século XVIII, estas ideias já circulavam. Anteriormente, havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado. Pouco a pouco, esta desvalorização do mundo selvagem dá lugar a valorização de locais naturais para aqueles que procuravam isolamento, refúgio ou o tão idealizado "paraíso". Nessa perspectiva, é concebido o parque nacional, como grandes áreas naturais, selvagens, não habitadas, subtraindo-as da expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação.

O decreto Homestead Act, pelo qual qualquer cidadão americano podia requerer a propriedade de até 160 acres (cerca de 70 ha) de terra, caso a cultivasse, favoreceu a expansão da agricultura no país. No final do século XIX, tornaram-se evidentes os custos ambientais e sociais desta expansão, causando uma preocupação crescente com a proteção ambiental.

Duas visões de conservação do "mundo natural", sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir, polarizam o debate. Gifford Pinchot criou o movimento de conservação dos recursos, baseado em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício e; o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Essas ideias podem ser consideradas como precursoras do "desenvolvimento sustentável".

A essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Trata-se de proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Um autor importante da corrente preservacionista é Marsh, que propõe o uma "regeneração geográfica" como forma de curar o planeta com o controle da tecnologia. Porém, John Muir é o teórico mais importante do preservacionismo. Este autor acreditava que não somente os animais, mas as plantas e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeia a natureza. Além de teórico preservacionista, Muir era um ativista em favor da natureza selvagem e da implantação de parques nacionais.

As bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais passaram a ser definidas na segunda metade do século XIX com o objetivo de protegê-las para usufruto de visitantes. Após a implantação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, outros países passaram a adotar este tipo de medida.

A América Latina foi o primeiro continente a copiar o modelo de preservação de parques nacionais sem população residente, com objetivos similares aos de Yellowstone. Na Europa, os parques nacionais, como aquele dos Alpes, criado em 1914, foram implantados para manter áreas naturais onde se pudessem realizar pesquisas de flora e fauna.

Para estabelecer os objetivos dos parques nacionais, foram organizados encontros internacionais para definir o conceito. A Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, realizada em 1933, definiu três características: 1) são áreas controladas pelo poder público; 2) são seus objetivos preservar a fauna e flora, com interesse estético, geológico, arqueológico, sendo a caça proibida; c) devem servir à visitação pública. A partir de então, os parques nacionais e reservas equivalentes a nível mundial passaram a contar com instituições fundadas em mesmos princípios para o monitoramento, proteção, promoção e manejo de tais áreas.

Um dos maiores problemas da importação desse modelo típico do hemisfério Norte de proteção intocada da natureza para países como o Brasil se refere à desconsideração da riqueza cultural de suas populações tradicionais que desenvolveram formas de vida em grande harmonia com o meio natural. Estudos de etnoconservação mostram que, no geral, as populações tradicionais têm discernimento da importância da manutenção do equilíbrio natural, inclusive para o ser humano. A cosmologia destes povos se construiu com formas muito sustentáveis de manejo dos recursos. A implantação de áreas de conservação integral gera graves ameaças para as comunidades tradicionais, pois diminui suas terras disponíveis, provoca escassez de recursos (com insegurança alimentar) e expulsa muitos indivíduos dessas comunidades para centros urbanos onde são marginalizados, com o desaparecimento de suas culturas.

Desta forma, progressivamente, houve uma mudança de atitude. No Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962, em Bali (Indonésia), o conceito de parque nacional passa a integrar o desenvolvimento socioeconômico local. Os parques nacionais deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação.

As estratégias de implantação de unidades de conservação passam então a estar associada com a redução do consumismo nos países industrializados e com a elevação da qualidade de vida da população humana dos países em vias de desenvolvimento, implicando em redução da superexploração dos recursos naturais. Em 1980, a Estratégia Mundial para a Conservação publicada pela UICN enfatiza o conhecimento das populações tradicionais para a proteção da diversidade biológica.

Em 1985, o debate sobre populações tradicionais, indígenas e outras, em parques nacionais e unidades de conservação ganhou grande notoriedade. A expulsão dessas populações recebeu críticas do editor da renomada revista *Cultural Survival*, defendendo que a função dessas áreas protegidas era assegurar a sobrevivência dos habitats naturais, mas também das populações nativas ali presentes. Para este autor, os valores dos modos de vida tradicionais devem ser reconhecidos e igualmente protegidos.

A Conferência da UICN sobre Conservação e Desenvolvimento, realizada em Ottawa (Canadá) em 1986, explicita a relação entre populações tradicionais e as unidades de conservação. Recomendou o reconhecimento da relação particular que esses povos mantêm com a natureza, propondo assegurar aos povos tradicionais a participação no controle de uso dos recursos compartilhados. Com efeito, visou conciliar melhorias das condições de vida dessas populações com a preservação.

O Nosso Futuro Comum, documento oficial da Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (elaborado em 1986) tratou da preservação da diversidade biológica e enfatizou que a conservação bem planejada dos ecossistemas contribui de muitas formas para consecução das metas principais do desenvolvimento sustentável (proteção de áreas agriculturáveis, proteção de recursos naturais, preservação da biodiversidade e cultural).

Ainda em 1986, o Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos, publicado pela UICN, explicita a preocupação com as populações nativas dentro dos parques. Assim, recomendou sua incorporação nas unidades de conservação e destacou a importância da realização de estudos socioeconômicos sobre as comunidades afetadas na criação dos parques (considerando a diversidade étnica das comunidades, sua estrutura social, relações de parentesco, cerimoniais, relações de trabalho e atividades econômicas). Tratou-se de permitir às autoridades locais melhor percepção das comunidades tradicionais, evitando sua desorganização sociocultural.

Vinte anos depois da ECO 92, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), constituindo um dos maiores eventos da história da ONU, com a participação de 193 delegações, além de inúmeros representantes da sociedade civil. A Comissão Nacional de preparação deste evento empreendeu consultas com os diversos atores internos para que chegar a uma posição brasileira coesa na conferência. A atuação do Brasil contribuiu para que o documento final "O Futuro que queremos" alcançasse resultado equilibrado, atendendo às aspirações de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nesta ocasião, iniciou-se o processo intergovernamental para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consolidados em 2015.

O Congresso Mundial de Parques Naturais realizado em 2014 em Sydney na Austrália insistiu no propósito de proporcionar a conciliação do desenvolvimento humano (valorizando os modos de vida tradicionais) com a conservação da natureza. A principal meta estabelecida foi de alcançar até 2020 a preservação de pelo menos 17% das terras e 10% das áreas costeiro-marinhas. O Brasil se engajou a proteger no mínimo 5% de sua área costeiro-marinha e consolidar a proteção de 60 milhões de hectares na Amazônia.

A propósito do Brasil, ações visando a criação de parques nacionais tiveram início ainda no século XIX. Nesta época, o botânico Alberto Loeffgren solicitou ao Ministério da Agricultura a criação de um parque nacional no Maciço do Itatiaia, o que recebeu em seguida apoio de geólogos, botânicos e geógrafos. Itatiaia é nome de origem tupi significando 'penhasco cheio de pontas', em referência notadamente ao Pico das Agulhas Negras. O parque foi fundado em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

O debate sobre as estratégias de conservação levou à construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Neste sistema, existem as unidades de conservação integral, nas quais o homem não pode estabelecer residência, e aquelas de uso sustentável. O primeiro grupo é composto por cinco tipos de unidades: estações ecológicas; reservas biológicas; parques nacionais;

monumentos naturais e; refúgios de vida silvestre. O segundo grupo é formado pelos seguintes tipos de unidade: áreas de proteção ambiental; áreas de relevante interesse ecológico; reservas extrativistas; reservas de desenvolvimento sustentável; reservas de fauna e; reservas particulares do patrimônio natural.

Referências

DIEGUES, Antônio Carlos (1996), **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec.

DIEGUES, Antonio Carlos (2000), **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec.